

REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 8 ▪ n. 2 ▪ Dezembro | 2019

UM RESUMO ANALÍTICO DAS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A RELAÇÃO DA IGREJA COM A NOVA ALIANÇA

An analytical summary of different views on the Church's relationship to the New Covenant

Me. Carlos Alberto Bezerra¹

Diego Pereira de Andrade²

RESUMO

A partir da discussão sobre a relação entre Israel e a Igreja, levanta-se outra questão de igual importância referente ao relacionamento da Igreja com a Nova Aliança que se dá em torno do texto de Jeremias 31.31-34 e seu uso no Novo Testamento. O objetivo do trabalho é analisar as principais abordagens desta relação por meio dos métodos histórico e comparativo. Na perspectiva histórica, as características dos diferentes sistemas teológicos são apresentadas. Com o método comparativo, uma análise e ampliação dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica serão efetuadas a fim de abarcar as diferentes nuances dos sistemas apresentados.

¹Mestrado em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Professor da graduação e pós-graduação em Teologia na Faculdade Batista do Cariri. Carlosabla53@hotmail.com

²Pós-graduando em apologética pela Faculdade Batista do Cariri.

Palavras-chaves: Igreja. Nova Aliança. Aliancismo. Dispensacionalismo.

ABSTRACT

From the discussion of the relationship between Israel and the Church, another equally important question arises concerning the Church's relationship to the New Covenant surrounding the text of Jeremiah 31: 31-34 and its use in the New Testament. The aim of this paper is to analyze the main approaches of this relationship through historical and comparative methods. In the historical perspective, the characteristics of the different theological systems are presented. Through the comparative method, an analysis and expansion of the data obtained by the bibliographic research will be made in order to cover the different nuances of the presented systems.

Keywords: Church. New Covenant. Covenantalism. Dispensationalism.

INTRODUÇÃO

É importante reconhecermos que existe uma gama de abordagens ligadas ao texto de Jeremias 31.31-34 que trazem implicações para a relação da Igreja com a Nova Aliança. Esta diferença se dá pelos pressupostos hermenêuticos e linguísticos na literatura profética e no uso do Antigo Testamento no Novo Testamento, respectivamente. Dentre as chaves hermenêuticas mais comuns, Aliancismo e Dispensacionalismo formam os dois lados opostos da tentativa de dar uma resposta que leve em conta os dados bíblicos dessa relação. Contudo, o Dispensacionalismo não é homogêneo. Ao falar desta chave, é preciso perceber que há Dispensacionalismos, que são destacados, principalmente, por seu grau de entendimento da relação Israel e Igreja.

O Dispensacionalismo clássico, por exemplo, afirma uma separação radical entre Israel e a Igreja que defende duas novas alianças, uma para Israel e outra separada para a Igreja. Veremos que mesmo dentro do Dispensacionalismo clássico há diferenças que precisam ser consideradas, uma vez que esta não distinção aglutina percepções que quando explicitadas muito contribuem para um melhor entendimento da relação entre Igreja e Nova Aliança.

Além do Dispensacionalismo clássico, o Dispensacionalismo revisado entende que há apenas uma Nova Aliança para Israel e a Igreja, que será cumprida no escatón com Israel; nesse meio tempo, a Igreja participa de maneira limitada e presentemente dos benefícios desta aliança. Alguns

expoentes desta ideia são Homer Kent Jr (1926-1981), Dwight Pentecost (1915-2014), Charles Ryrie (1925-2016).

Há ainda a perspectiva do Dispensacionalismo progressivo na qual a Igreja cumpre parcialmente a Nova Aliança, enquanto Israel a cumprirá completamente no futuro, recorrendo ao conceito teológico de “já e ainda não” e a escatologia inaugurada (Saucy, 1993; Bock e Blaising, 1992).

Por fim, entre alguns não-dispensacionalistas, há uma identidade entre Israel e Igreja de maneira que a Igreja, por ser o verdadeiro Israel em Cristo, cumpre completamente as promessas da Nova Aliança feitas a Israel (Beale, 2013).

O presente capítulo apresentará resumidamente essas abordagens, descrevendo a interpretação de Jeremias 31.31-34 pelos proponentes principais do Aliancismo, do Dispensacionalismo clássico, revisado e progressivo. Essa ordem não somente apresenta uma análise cronológica, como também ajuda a entender como os teólogos têm procurado sintetizar o entendimento da relação Igreja-Nova Aliança. À medida que formos analisando os sistemas em sua relação comparativa, veremos que apesar de alguns teólogos não se encaixarem em nenhum dos sistemas supracitados, todavia eles comungam com algum dos sistemas no que tange à Nova Aliança. Isto é importante para que não se rotule a teologia de alguém somente por ter algo em comum com sistemas mais abrangentes.

1. ABORDAGENS – BREVE HISTÓRICO

Até o início do século XIX, a hermenêutica aliancista era praticamente unânime nas principais escolas teológicas protestantes.³ As diferenças entre Federalismo de Westminster e Federalismo batista apenas lidavam com detalhes que em nada moviam as estruturas da visão pactual. Showers⁴ define teologia do pacto (ou da aliança) como um sistema que tenta desenvolver a filosofia da história bíblica na base de duas ou três alianças. Apesar de ser fundada por Kaspar Olevianus, foi Hohannes Cocceius quem tornou o sistema mais largamente conhecido através de suas publicações em 1648. Na América,

³ OLIVEIRA, Bruno L. R. **A Nova Aliança segundo o Dispensacionalismo Progressivo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Fortaleza: Seminário e Instituto Bíblico Maranata, 2016. 53 p.

⁴ SHOWERS, Renald E. **There really is a difference: a comparison of Covenant and Dispensationalism Theology**. Bellmawr: The Friends of Israel Gospel Ministry, 1991, p. 7.

a teologia do pacto foi introduzida pelos puritanos. Entre proeminentes teólogos dos séculos XIX e XX que abraçaram tal sistema foram Charles Hodge nos Estados Unidos, Herman Bavinck e Abraham Kuyper na Holanda.

O destaque importante que se quer apresentar aqui é como a teologia do pacto vê a relação entre Igreja e Nova Aliança. Segundo Kaiser⁵, esta vê Israel e a Igreja como sendo uma coisa só em toda a história da raça humana. O pacto que os uniu foi o pacto da graça ou da redenção. Isso implica numa continuidade radical entre Israel e Igreja, sendo esta existente seminalmente no Antigo Testamento através dos crentes. Atualmente, as tensões entre o papel de Israel e da Igreja nos testamentos tem gerado polarizações importantes no contexto protestante. Isto se deve, principalmente, com a ascendência do Dispensacionalismo a partir do século XIX.

O Dispensacionalismo, como um sistema teológico, inicia-se a partir de John Nelson Darby (1800-1882), considerado o pai do Dispensacionalismo, em meados do século XIX. Ele fazia parte do Movimento dos Irmãos, cujo objetivo era “enfatizar a unidade de todos os crentes em Cristo e a liberdade dos cristãos para reunirem-se em Seu nome sem divisão denominacional ou sectarismo”.⁶ Baseando-se em estudos de Isaías 32, ele passou a crer em uma salvação futura e restauração da nação de Israel, na qual esta desfrutaria das bênçãos terrenas que, por sua vez, eram diferentes das bênçãos celestiais experimentadas pela Igreja. Assim, ele viu uma clara distinção entre Israel e Igreja. Além disso, Darby cria em um arrebatamento iminente da Igreja, seguido pela septuagésima semana de Daniel, período em que Israel, uma vez mais, ocuparia o centro do plano de Deus.⁷ Darby nota que cada dispensação colocava o homem sob alguma condição, tinha alguma responsabilidade diante de Deus, e em cada dispensação havia uma falha.

Esta explicação trazida por Vlach e corroborada por Paul Wilkinson⁸ ajuda a evitar as várias acusações de que Darby teria derivado a doutrina do

⁵ KAISER, Walter. An evangelical response. In: BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Dispensationalism, Israel and the Church**: the search for definition. Grand Rapids: Zondervan, 1992, p. 364.

⁶ BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Progressive Dispensationalism**. Grand Rapids: Baker Academic, 1993. Kindle Edition, p. 10.

⁷ VLACH, Michael J. **Dispensacionalismo**: crenças essenciais e mitos comuns. Eusébio: Peregrino, 2016, p. 20-21.

⁸ WILKINSON, Paul R. **For Zion's Sake**: Christian Zionism and the role of John Nelson Darby. Colorado Springs – USA: Paternoster. 2007.

arrebatamento pré-tribulacionista das experiências de Margaret MacDonald, que por sua vez era pós-tribulacionista.⁹ Em seu livro *O Irracionalismo da Infidelidade*, Darby inclui um relato da família MacDonald de Port Glasgow, descrevendo como ele via as reuniões conduzidas na casa de MacDonald:

(...)O “clérigo irlandês” estava indo embora quando alguém lhe disse “não vá embora, a melhor parte provavelmente está por vir”. Então, ele permaneceu e ouviu o que acabou de ser relatado. Ele aceitou de modo cortês, como alguém que não cria, mas que queria conhecer a verdade sobre o caso. As festas eram, em sua maioria, mortas ou dispersas e muitos se soltavam publicamente durante o delírio; por isso, ele não se sentia culpado de qualquer indiscrição ao fornecer um relato correto do que vivenciou. Ademais, sem mencionar nenhuma pessoa, qualquer vaidade feminina e qualquer característica mundana distinta, não foi capaz de confirmar, em sua opinião, que tudo aquilo proviesse do poder do Espírito.¹⁰

O movimento dos irmãos produziu uma larga literatura devocional e exposicional que começou a influenciar o protestantismo evangélico, inclusive nos Estados Unidos. Ministros proeminentes como Moody, James Brookes e C.I Scofield foram influenciados pela experiência promovida pelos Irmãos de ter um ajuntamento voluntário de diferentes denominações para adoração e estudo bíblico. Este ajuntamento passou a ser chamado de Conferência da Bíblia. Começando em 1870, estas diversas conferências ajudaram a espalhar o Dispensacionalismo. Na conferência de Niagara (1870-1900), essas ideias foram promovidas com frequência e ficou conhecida como Movimento de Conferência da Bíblia.¹¹

No final do século XIX, muitos institutos bíblicos foram fundados,

⁹No enunciado da visão de Margareth ele fala de um arrebatamento: “Apenas Cristo em nós, que nos levantará – ele é a luz –, apenas aqueles que estão vivos nele serão arrebatados para se encontrarem com ele nos ares”. Contudo, a continuação da leitura fala sobre uma ardente provação para os crentes: “Essa é a ardente provação com a qual seremos testados. Isso acontecerá para separar e purificar os reais membros do corpo de Jesus; entretanto, *essa será uma ardente provação. Cada alma será abalada em seu âmagô*” [sic]. Nota-se que apesar de MacDonald defender um arrebatamento, este se dá após a provação ardente que os cristãos passarão, sendo muito provavelmente uma referência a grande tribulação. Ver o completo enunciado de Margareth MacDonald disponível em http://www.Igrejarendencao.org.br/ibr/index.php?option=com_content&view=article&id=2997:a-formacao-da-teologia-de-john-nelson-darby-anexo&catid=25:artigos&Itemid=123

¹⁰DARBY, 1875 *apud* WILKINSON, 2007.

¹¹BLASING; BOCK, 1993, p. 10.

cujo ensino era dispensacionalista. Em 1909, C.I Scofield produz a Bíblia de Referência Scofield, que se tornou a mais influente em propagar o Dispensacionalismo com anotações teológicas e expositivas. Liderado pelo Seminário Teológico de Dallas (1924), o Dispensacionalismo ganha erudição ao ser promovido formalmente no âmbito acadêmico.¹² Com a Teologia Sistemática em oito volumes de Lewis Sperry Chafer, fundador e primeiro presidente do Seminário Teológico de Dallas¹³, o Dispensacionalismo tem sua maior difusão.

Para evitar mitos comuns acerca do Dispensacionalismo, é importante entender que suas crenças essenciais estão relacionadas à hermenêutica literal, à eclesiologia com alguma forma de distinção entre Israel e Igreja e à escatologia. Uma definição sucinta de Dispensacionalismo é apresentada por Vlach como segue:

Dispensacionalismo é um sistema teológico essencialmente relacionado com as doutrinas de eclesiologia e escatologia que enfatiza o significado histórico-gramatical das passagens proféticas e alianças, uma distinção entre Israel e Igreja, e uma futura salvação e restauração da nação de Israel num futuro reino terreno.¹⁴

Isso indica que nada tem a ver com o número de dispensações ou com a soteriologia.¹⁵ O Dispensacionalismo, no entanto, não é homogêneo. Segundo Thomas¹⁶, nas últimas décadas, algumas discussões em torno do Dispensacionalismo procuram distinguir mudanças no sistema, dividindo-o em categorias como Pré-milenismo de Niagara (1875-1909), Scofieldismo (1909-1965) e Essencialista (1965-1985) ou, ainda, pode-se dividir em Clássico e Revisado. Essas divisões, no entanto, são vistas como refinamentos ou desenvolvimentos do mesmo sistema, uma vez que não resulta em mudança no método de interpretação. Por outro lado, o Dispensacionalismo progressivo representa uma mudança significativa nos princípios interpretativos. Vlach¹⁷

¹² VLACH, 2016, p. 21.

¹³ BLASING; BOCK, 1993, p. 22.

¹⁴ VLACH, 2016, p. 87.

¹⁵ FEINBERG, John S. (Org). **Continuidade e descontinuidade:** perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo e o Novo Testamentos. São Paulo: Hagnos, 2013.

¹⁶ THOMAS, Robert. O ponto de vista Dispensacionalismo clássico. In: PATE, Marvin (org). **As interpretações do apocalipse:** 4 pontos de vista. Coleção Debates Teológicos. São Paulo: Vida, 2003, p. 186.

¹⁷ VLACH, 2016, p. 23.

também acredita que houve três períodos-chave na história da teologia dispensacionalista: Dispensacionalismo clássico, Dispensacionalismo revisado ou modificado (1950-1985) e o Dispensacionalismo progressivo (1986).

1.1 DISPENSACIONALISMO CLÁSSICO

O Dispensacionalismo clássico tem como proponentes Darby, Chafer e Scofield. Característica importante do clássico é seu propósito dualista de redenção. Deus, portanto, tem dois propósitos diferentes, um relacionado ao céu e outro relacionado à Terra.¹⁸

Estes dois propósitos resultaram em um dualismo antropológico, isto é, uma humanidade celestial e outra terrestre. A humanidade celestial é composta pela Igreja e esta é vista como um parêntese na história redentiva.¹⁹ É importante esclarecer que a humanidade terrestre é eterna no Dispensacionalismo clássico. Aparece primeiramente no milênio e continua na nova terra populando-a para sempre. A humanidade celestial, por outro lado, é formada por todos os redimidos de todas as dispensações que serão ressuscitados.²⁰

Há também uma distinção entre Reino dos céus e Reino de Deus. Scofield entendia que o Reino de Deus era o governo de Deus nos corações daqueles que se submetiam a ele. O Reino dos céus, todavia, encontrado apenas no Evangelho de Mateus era o cumprimento da Aliança Davídica na qual Deus prometeu estabelecer o reino de seu Filho.²¹

Blasing e Bock²² elucidam que o Dispensacionalismo clássico via as dispensações como testes sob os quais os seres humanos eram submetidos. Deus organizou o relacionamento da humanidade consigo mesmo para testar sua obediência a ele. Além disso, eles argumentam que uma das diferenças entre a Igreja nessa dispensação e o povo de Deus na dispensação passada é que a Igreja deve saber que há um povo celestial destinado a uma herança nos céus. Como consequência, ela é chamada a um modo de vida celeste. Questões políticas e sociais são questões terrenas que em nada interessam à Igreja, visto

¹⁸ BLASING; BOCK, 1993, p. 23.

¹⁹ VLACH, 2016, p. 23.

²⁰ BLASING; BOCK, 1993, p. 24.

²¹ BLASING; BOCK, 1993, p. 30.

²² BLASING; BOCK, 1993, p. 24-25.

que esta é uma unidade espiritual encontrada em Cristo. Uma vez que a Igreja não está relacionada à história terrena da redenção, ela deve ser vista como um parêntesis inserido na história. Chafer, por sua vez, considera a Igreja uma intercalação.

Quanto às alianças bíblicas, o Clássico considera a Aliança Abraâmica como a aliança base das Escrituras. Ela poderia ser entendida como tendo um propósito terreno no qual as promessas físicas seriam cumpridas, mas também poderia revelar um propósito celestial, conduzindo não só aos descendentes físicos, como aos descendentes espirituais de Abraão. As Alianças Mosaica, Palestiniana, Davídica e Nova são interpretadas como alianças terrenas. Como resultado, as alianças bíblicas devem ser cumpridas pelo povo terreno no milênio e estado eterno.²³

1.2 DISPENSACIONALISMO REVISADO

O Dispensacionalismo revisado recebe esse nome porque procura revisar algumas ideias centrais do Dispensacionalismo clássico. Ele tem como proponentes John Walvoord, Dwight Pentecost, Charles Ryrie, Alva McClain entre outros. Uma das principais modificações à teologia do clássico é o abandono do dualismo eterno bem como da separação da humanidade celestial e terrena. Não havia mais uma distinção celestial/terrena, mas aqueles representados por Israel e pela Igreja. Estes dois grupos contêm diferentes indivíduos, assim uma pessoa não poderia estar em ambos ao mesmo tempo, embora a salvação recebida seja a mesma para ambos por meio da fé.²⁴

Portanto, a distinção entre Israel e Igreja é enfatizada. Embora a salvação que eles recebem seja a mesma, as duas entidades são estruturadas de forma diferente, com diferentes papéis e responsabilidades. Para a maioria dos revisados não há duas novas alianças, mas apenas uma. A distinção entre Israel e Igreja, como grupos diferentes, permanece pela eternidade, mesmo que ambos herdem o milênio e estado eterno em um corpo glorificado.

Outra distinção é a rejeição do conceito de Reino dos céus e Reino de Deus como duas coisas diferentes. Alva McClain introduz a ideia de Reino Universal e Reino mediado, sendo o primeiro definido como a soberania de Deus sobre todas as coisas e o último como o governo de Deus sobre a terra através de um

²³ BLASING; BOCK, 1993, p. 28-30.

²⁴ BLASING; BOCK, 1993, p. 31.

mediador divinamente escolhido.²⁵

Outras características: Negam que Jesus já esteja sentado ou governando do trono de Davi na era da Igreja, sendo, portanto, um reinado futuro.²⁶ A natureza da Igreja, as alianças bíblicas e a interpretação literal são mantidas do Dispensacionalismo clássico para o revisado.

1.3 DISPENSACIONALISMO PROGRESSIVO

O Dispensacionalismo progressivo tem como proponentes Darrell Bock, Craig Blasing e Robert Saucy. O nome foi introduzido no encontro nacional da Sociedade Teológica Evangélica em 1991.²⁷ Há um reconhecimento nos diferentes Dispensacionalismos de que há múltiplos propósitos, incluindo aspectos terrenos, nacionais, políticos, sociais e espirituais na redenção divina. O Dispensacionalismo progressivo considera que a Igreja é parte vital do mesmo plano de redenção dado por Deus a Israel. Como afirma Blasing: “a Igreja hoje é a revelação das bênçãos espirituais que *todos os redimidos* [sic] compartilharão a despeito das diferenças étnicas e nacionais”.²⁸

Apesar de o Dispensacionalismo progressivo vê a Igreja como uma manifestação da graça, uma nova dispensação na história redentiva, ainda acredita que essa graça está precisamente de acordo com as promessas do Antigo Testamento. Assim, uma vez que as bênçãos da Nova Aliança foram inauguradas na Igreja, há uma distinção desta com os judeus e gentios da dispensação passada. Contudo, apenas algumas bênçãos foram inauguradas, o que faz com que a Igreja seja também distinguida da próxima dispensação em que todas as bênçãos serão inauguradas.²⁹

No que se refere às alianças bíblicas, a Aliança Abraâmica se mantém como fundamental para todas as demais alianças. A Nova Aliança é a forma em que a Aliança Abraâmica tem sido inaugurada nesta dispensação. A Aliança Davídica é tanto um aspecto das bênçãos abraâmicas como o meio pelo qual as bênçãos são agora inauguradas. Não é um cumprimento das alianças no sentido espiritual, mas as bênçãos espirituais dadas hoje são aquelas preditas

²⁵ BLASING; BOCK, 1993, p. 39-40.

²⁶ VLACH, 2016, p. 24.

²⁷ BLAISING; BOCK, 1993, p. 22.

²⁸ BLAISING; BOCK, 1993, p. 47.

²⁹ BLAISING; BOCK, 1993, p. 49.

pela Nova Aliança.³⁰ Assim, há mais continuidade entre Israel e Igreja do que os outros dois tipos de Dispensacionalismo. O progressivo considera que Israel e Igreja constituem o povo de Deus quanto à salvação e ambos se relacionam com as bênçãos da nova aliança. Contudo, ainda é notada a distinção identitária e funcional para o Israel étnico.

Pate³¹ ainda diz que a ideia abrangente do progressivo é sua aderência à hermenêutica do “já/ainda não”. Esta chave foi apresentada por Oscar Cullmann, teólogo suíço do século XX, que via a primeira e a segunda vinda de Cristo pela lente da tensão escatológica. Assim, a primeira vinda testemunha a inauguração do Reino de Deus, enquanto que a segunda vinda resultará em sua realização completa. A abordagem da escatologia inaugurada dirime as dúvidas e desvantagens apresentadas pela escatologia consequente (ou consistente) de Albert Schweitzer e pela escatologia realizada de Charles Dodd.

2. ABORDAGENS NA RELAÇÃO IGREJA E NOVA ALIANÇA

O principal texto bíblico da Nova Aliança está expresso no livro do Jeremias 31.31-34. Esta passagem é o único lugar do Antigo Testamento em que aparece a expressão exata “Nova Aliança”. Isso, porém, não significa que o conceito não seja encontrado em outros textos. O excerto diz:

Eis aí vêm dias, diz o SENHOR, em que firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; porquanto eles anularam a minha aliança, não obstante eu os haver desposado, diz o SENHOR. Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o SENHOR: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. Não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao SENHOR, porque todos me conhecerão, desde o menor até ao maior deles, diz o SENHOR. Pois perdoarei as suas iniquidades e dos seus pecados jamais me lembrarei.³²

³⁰ BLAISING; BOCK, 1993, p. 53.

³¹ PATE, Marvin (org). **As interpretações do apocalipse**: 4 pontos de vista. Coleção Debates Teológicos. São Paulo: Vida, 2003, p. 34.

³² ARA, 2008, p. 1042.

No contexto bíblico, aliança divina pode ser compreendida como a iniciativa de Deus de fazer um pacto com indivíduos ou com um povo. O uso contextual do termo nas Escrituras indica, de modo razoável, o conceito de “pacto” ou “relacionamento”. Ou seja, a ideia de pacto deve ser somada a de relacionamento, visto ser aplicada assim nas Escrituras, em que ou o homem ou Deus faz alianças. Assim, o ponto alto da aliança é a inter-relação pessoal de Deus com o seu povo que está no centro da aliança³³. Mas a questão que fica é se a partir de Jeremias 31 e seu uso em Hebreus 8 haveria algum tipo de relação entre Igreja e Nova Aliança.

Em seu artigo sobre o relacionamento da Igreja com a Nova Aliança, Gunn³⁴ diz que é possível alistar os diferentes grupos que abordam essa relação como sendo: 1) A Igreja tem alguma participação na Nova Aliança e 2) A Igreja não tem participação na Nova Aliança. De modo mais específico, ele alista cinco visões que definem esta relação:

1. Teologia da substituição – a Igreja está inteiramente cumprindo a Nova Aliança. O Israel nacional foi substituído pela Igreja, o verdadeiro Israel.
2. Visão dispensacionalista #1 – Nenhum relacionamento: A Igreja não está diretamente relacionada com a Nova Aliança de nenhum modo. A Igreja está relacionada com o Mediador da Nova Aliança e com o sangue desta, mas não é uma participante na Aliança em si.
3. Visão dispensacionalista #2 – duas novas alianças: A Igreja tem sua própria “nova aliança” com Deus, que é distinta e separada da Nova Aliança de Jeremias 31.
4. Visão dispensacionalista #3 – participação: A Igreja, por cumprir a Grande Comissão, não cumpre parcialmente a Nova Aliança, mas participa das bênçãos dela.
5. Visão dispensacionalista #4 – cumprimento parcial: A Igreja, por cumprir a Grande Comissão, está realizando o cumprimento parcial da Nova Aliança, mas o cumprimento pleno espera o renovo espiritual do Israel nacional no milênio.

³³ OLIVEIRA, 2016, p. 15.

³⁴ GUNN, George. **2Corinthians 3:6 and the Church's relationship to the New Covenant**. Council on Dispensational Hermeneutics. Clarks Summit, PA: Baptist Bible Seminary, 2009, p. 3.

A posição 1, teologia da substituição, é também chamada de supercessionismo ou teologia do Novo Israel. Segundo Kaiser³⁵, essa visão entende que o Israel nacional foi substituído pela Igreja que, por sua vez, é agora o Israel espiritual, a semente espiritual de Abraão. Não há necessidade de esperar por cumprimento de aspectos físicos ou materiais das promessas de Deus aos patriarcas e a Davi, nem esperar pela presença física e real de Cristo em Jerusalém para reinar sobre as nações, porque não há milênio³⁶ ou o milênio é o período entre a primeira e segunda vinda de Cristo.

Darby, representante do Dispensacionalismo clássico, sustentava a posição 2 chamada de aliança de separação ou “nenhum relacionamento”; outra forma de classificá-lo seria na visão de que a Igreja não tem participação nenhuma na Nova Aliança³⁷, ou ainda, a visão de que a Nova Aliança é exclusiva para Israel.³⁸ Esta abordagem foca no contexto imediato de Jeremias 31 e nos elementos mencionados na profecia como a Terra Prometida e conversão em massa. Como estas coisas ainda não aconteceram na história de Israel é compreensível que tais questões sejam transportadas para o período milenar de Cristo. Também é possível afirmar que a Igreja é totalmente separada das promessas da Nova Aliança e sua bênção é receber a graça da salvação por meio de Jesus, que também é o mediador da Nova Aliança.³⁹

Essa é a posição que Darby é geralmente situado, principalmente, pelo Manual de Escatologia de Pentecost.⁴⁰ Contudo, há alguns que fazem uma leitura diferente da visão de Darby. Em um artigo de Decker⁴¹ sobre a relação entre a Igreja e a Nova Aliança, o autor demonstra através dos escritos de Darby que havia por parte deste um entendimento de que a Igreja participa na Nova Aliança, embora não como parte legal, mas como recipiente das bênçãos da aliança. O próprio Darby⁴² diz: “portanto, no capítulo 8 [de Hebreus], há uma total nova aliança, e o novo faz o primeiro antigo. A letra é feita com a casa de Israel... não conosco, mas nós nos beneficiamos dela”. Note que não

³⁵ KAISER, 1992, p. 364.

³⁶ KAISER, 1992, p. 360.

³⁷ GUNN, 2009, p. 3.

³⁸ OLIVEIRA, 2016, p. 210.

³⁹ OLIVEIRA, 2016, p. 21.

⁴⁰ PENTECOST, J. Dwight. **Things to come**: a study in biblical eschatology. Grand Rapids: Dunham, 1967.

⁴¹ DECKER, Rodney J. The Church's relationship to the New Covenant. **Bibliotheca Sacra**. Dallas - Texas, v. 152, n. 608, p. 431-456, out/dez. 1995, p. 437.

⁴² DARBY, 1970, p.72-73 *apud* DECKER, 1995, p. 437.

há uma aplicação direta à Igreja em um relacionamento de aliança legal, mas de benefício espiritual. Esses benefícios surgem em virtude da união do crente com Cristo.⁴³ Assim visto, é possível considerar Darby como sendo parte da posição 4, se for levado em conta apenas o aspecto da relação Igreja-Nova Aliança.

Chafer, Walvoord e Ryrie inicialmente popularizaram a posição 3, duas novas alianças, mas tanto Ryrie quanto Walvoord parecem ter mudado em direção à posição 4, visão de participação. Aquela posição é assumida ao longo dos escritos de Chafer, mas ele não parece ter discutido sua base ou interagido com posições opostas.⁴⁴ Segundo Oliveira⁴⁵, Chafer entende que a Nova Aliança para Israel (Jr 31.31-34; Hb 8.7-12) deve e somente pode ser cumprida pela nação de Israel, não pela Igreja. Uma vez que essa foi uma aliança literal com a descendência física de Abraão, qualquer relacionamento da Igreja com o sangue por ela exigido não pode mudar as promessas básicas de Deus na própria aliança. Chafer tem o cuidado de observar que a Nova Aliança de Israel deve ser distinta da Nova Aliança em vigor na Igreja atualmente. Quando ele fala sobre uma aliança com a “descendência física de Abraão” seu objetivo é colocar o cumprimento desta Nova Aliança israelita para a época da inauguração do Reino milenar e as suas promessas proféticas devem reger a vida do Reino de Israel neste período.

As diferenças entre Darby e Chafer no que se refere a relação da Igreja e a Nova Aliança devem ser destacadas porque apesar de ambos serem considerados dispensacionalistas clássicos, Darby não era adepto do dualismo central. De modo que ao falar que o Dispensacionalismo clássico apresenta uma visão de dois reinos, duas alianças e duas humanidades, deve-se ter o cuidado para indicar que esta é a posição de Chafer, e não de todos os clássicos.

Atualmente, a posição 4 parece ser a visão adotada pela maioria dos dispensacionalistas revisados.⁴⁶ Esta é resumida na declaração de que a aliança “será cumprida escatologicamente com Israel, mas é participada soteriologicamente pela Igreja”.⁴⁷ Kent dá ao menos cinco razões para sustentar esta posição: Primeiro, uma leitura normal sugere apenas uma Nova

⁴³ DECKER, 1995, p. 438.

⁴⁴ DECKER, 1995, p. 432.

⁴⁵ OLIVEIRA, 2016, p. 23.

⁴⁶ GUNN, 2009, p. 4.

⁴⁷ KENT, 1985, p. 297 *apud* DECKER, 1995, p. 442, *tradução livre*.

Aliança, não duas. Segundo, a carta aos Hebreus é escrita para os cristãos e é vista como relevante para eles. Terceiro, os discípulos teriam entendido as declarações de Jesus na última Ceia como se referindo a Jeremias 31. Quarto, Paulo conectou a Nova Aliança com a Igreja na instituição da Ceia e em sua reivindicação de ser um ministro da Nova Aliança. Por último, o contraste novo-antigo em Hebreus 8 implica que a Nova Aliança substitui a Antiga Aliança, e a Igreja não teria uma Antiga Aliança se ela não tiver uma Nova Aliança ou se esta for diferente da de Israel.⁴⁸

A posição 5 foi a desenvolvida mais recentemente em comparação às demais. Ela não difere no entendimento de que a Igreja participa das bênçãos da Nova Aliança, ela difere na relação de cumprimento parcial da aliança. Essa posição é assumida pelos dispensacionalistas progressivos. Aqui há uma maior continuidade, embora não completa, entre Israel e Igreja. Quem inicialmente trabalhou a abordagem da Nova Aliança nessa perspectiva foi Bruce Ware.⁴⁹ Ele defende que Israel e a Igreja compartilham em comum ricos e importantes elementos, enquanto que ao mesmo tempo, ambos mantêm identidades distintas. Um desses elementos é a coparticipação em uma Nova Aliança, na base de que estão unidos como um povo de Deus. A descontinuidade aparece mais claramente ao considerar as promessas política e territorial da Nova Aliança. A continuidade, por sua vez, apresenta-se no reconhecimento de que a Igreja experimenta um cumprimento preliminar e parcial de alguns aspectos da Nova Aliança.⁵⁰ Isto acontece por causa da chave escatológica do “já e ainda não”. Assim, somente os aspectos espirituais das promessas da Nova Aliança são inaugurados nessa era, enquanto que os aspectos político e territorial, embora parte da promessa de Deus na Nova Aliança, espera cumprimento futuro.⁵¹

Robert Saucy⁵² também ratifica a visão de que a Igreja não experimenta o cumprimento completo da Nova Aliança, mas o inaugura com a implementação somente das provisões espirituais. A base para esse entendimento é

⁴⁸ DECKER, 1995, p. 442.

⁴⁹ WARE, Bruce. *The New Covenant and the People(s) of God*. In: BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Dispensationalism, Israel and the Church: the search for definition**. Grand Rapids: Zondervan, 1992, p. 92-93.

⁵⁰ DECKER, 1995, p. 443-444.

⁵¹ WARE, 1992, p. 94-95.

⁵² SAUCY, Robert. **The case for Progressive Dispensationalism: the interface between Dispensationalism and non-Dispensational Theology**. Grand Rapids: Zondervan, 1993.

quádruplo: Primeiro, a identificação de Jesus do cálice como representação da Nova Aliança indica que a aliança teria efeito através do conteúdo significado pelo cálice, ou seja, sua morte sacrificial. Segundo, a referência a Jesus como mediador da aliança escrita pelo autor de Hebreus. Terceiro, a mudança em sacerdócio é um argumento que mostra a aliança agora em força e, por último, a identificação de Paulo como ministro da Nova Aliança também sugere a realidade da presença da Nova Aliança.

Note que nessa base não há muita diferença da explicação sugerida por Kent na posição 4 como dispensacionalista revisado. Isto porque o que os diferencia não é a questão de a Igreja ter benefícios dessa aliança ou não, mas a relação dos gentios nessa aliança. E nisto Saucy se distancia da visão revisada quando trabalha a inclusão dos gentios como substanciada por Jesus em Mateus 26.28 – “Este é meu sangue, o sangue da Nova Aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” – aumentando o escopo da Nova Aliança.⁵³ Saucy⁵⁴ argumenta que o fato das declarações proféticas serem endereçadas somente a Israel não podem logicamente ser entendidas como excluir outros de participar.

No que se refere às provisões espirituais ou bênçãos das quais a Igreja participa, Saucy⁵⁵ identifica o perdão de pecados como sendo o propósito da Nova Aliança conforme o texto de Mateus 26. Contudo, apesar de verdadeiro, Blaising e Bock⁵⁶ ampliam os benefícios para incluir não somente o perdão de pecados e a habitação do Espírito Santo, mas também a ressurreição. Assim, o completo perdão de pecados e a ressurreição são bênçãos que expandem a noção de bênção na Aliança Abraâmica.⁵⁷

É por meio desse link entre Aliança Abraâmica e a Nova Aliança que Pettegrew difere de Kent quanto à Igreja participar soteriológicamente da Nova Aliança. Ele sugere que:

A Nova Aliança não é essencialmente uma aliança soteriológica. Em vez de dizer que a Igreja participa soteriológicamente na Nova Aliança, seria mais acurado dizer que a Igreja participa nas promessas soteriológicas da Aliança Abraâmica através da porta de entrada da

⁵³ SAUCY, 1993, *apud* DECKER, 1995, p. 445.

⁵⁴ SAUCY, 1993, p. 114.

⁵⁵ SAUCY, 1993, p. 126.

⁵⁶ SAUCY, 1993, *apud* DECKER, 1995, p. 445.

⁵⁷ BLAISING; BOCK, 1993, p. 155-156.

Nova Aliança... Seria melhor, portanto, dizer que a Igreja participa pneumatologicamente da Nova Aliança (*tradução minha*).⁵⁸

Alguns revisados tendem a evitar o termo cumprimento porque tendem a relacioná-lo com a teologia da substituição, na qual Israel é substituída como o participante legal da aliança, mas o fato é que o Dispensacionalismo progressivo não faz esse tipo de associação. Tanto Ware, quanto Blaising e Bock falam de cumprimento parcial e diferem vários aspectos da aliança que estão no presente sendo cumpridos daquele cumprimento completo que aguarda o reino messiânico terrestre, incluindo, assim, os elementos nacionais e geográficos para o Israel étnico.⁵⁹

Kaiser, além de considerar a Teologia da substituição, a aliança dupla e a aliança separada (de não relacionamento), em resposta à obra *Dispensationalism, Israel and the Church*, apresenta duas outras abordagens não incluídas em Gunn. A supra-aliança e a aliança renovada. A primeira é a visão da Teologia do Pacto já supracitada. Em sua forma bem desenvolvida, esta vê Israel e a Igreja como sendo uma coisa só em toda a história da raça humana. O pacto que os uniu foi o pacto da graça ou da redenção.⁶⁰ A última é a posição de Kaiser, também chamada de aliança renovada. Nesta abordagem, a Nova Aliança não é algo tão diferente da Aliança que Deus já tinha feito com Israel. De fato, há diferença na forma, mas há continuidade na promessa de Deus de que “Eu serei seu Deus e eles serão meu povo”.⁶¹ Além disso, Kaiser⁶² entende que Paulo ao repetir esta fórmula em 2 Coríntios 6 está considerando-a como parte da promessa e como tal esta realidade está agora sendo cumprida entre os crentes em 2 Coríntios 7. Por apresentar uma visão de cumprimento e por ainda assim diferenciar Israel e Igreja, pode-se considerar Kaiser na posição 5 concordando com os dispensacionalistas progressivos no que se refere à Nova Aliança.

Um quadro comparativo pode melhor resumir o que foi dito:

⁵⁸ PETTEGREW, 1993, *apud* DECKER, 1995, p. 445.

⁵⁹ DECKER, 1995, p. 447.

⁶⁰ KAISER, 1992, p. 364.

⁶¹ KAISER, Walter. The Old Promise and the New Covenant: Jeremiah 31:31-34. Disponível em: <https://thepromise.typepad.com/197201.pdf>. Acessado em 03 Mai 2017. **Journal of Evangelical Theological Society**, 1972, p. 6.

⁶² KAISER, 1972, p. 3.

Quadro 1: Análise comparativa da relação entre a Igreja e a Nova Aliança

| # | ABORDAGEM RELAÇÃO IGREJA-NOVA ALIANÇA | SISTEMAS TEOLÓGICOS |
|---|--|--|
| 1 | Igreja corresponde ao verdadeiro Israel na Nova Aliança | Teologia do pacto |
| 2 | Igreja substitui Israel na Nova Aliança | Teologia da substituição |
| 3 | Igreja sem qualquer relacionamento na Nova Aliança | Dispensacionalismo clássico (Darby/Gunn) |
| 4 | Dois Novas Alianças: uma para a Igreja e outra para Israel | Dispensacionalismo clássico (Chafer) |
| 5 | Igreja participa dos benefícios da Nova Aliança, mas não está envolvida no cumprimento dela. | Dispensacionalismo revisado |
| 6 | Igreja cumpre parcialmente a Nova Aliança | Dispensacionalismo progressivo/Kaiser |

Mais atual é uma publicação de Michael Vlach⁶³ em seu site abordando seis visões sobre o cumprimento da Nova Aliança e admitindo manter a sexta abordagem. São elas:

1. A Nova Aliança será cumprida no futuro com Israel nacional; a Igreja não tem relação com a Nova Aliança (alguns dispensacionalistas clássicos)
2. Existem duas novas alianças - uma com Israel e outra para a Igreja (alguns dispensacionalistas tradicionais, incluindo John Walvoord).
3. A Nova Aliança é completamente cumprida com a Igreja; não há cumprimento futuro com Israel nacional (Teologia da Aliança e alguns sistemas não dispensacionais).
4. A Nova Aliança será cumprida com Israel, mas as bênçãos espirituais da aliança são aplicadas à Igreja hoje (alguns dispensacionalistas tradicionais e revisados).
5. A Nova Aliança será cumprida com Israel, mas a Igreja é um referente adicional às promessas da Nova Aliança, desse modo há um sentido em que a Nova Aliança está sendo cumprida com a Igreja. A Nova Aliança tem dois referentes - Israel e a Igreja (alguns dispensacionalistas revisados; Paul Feinberg).

1. Como a Nova Aliança foi dada a Israel com o objetivo de também abençoar os gentios, há cumprimento literal das bênçãos espirituais da Nova Aliança a todos os judeus e gentios que creem nesta era atual, enquanto as promessas físicas / nacionais aguardam o cumprimento da segunda vinda de Jesus, quando o Israel nacional for incorporado à Nova Aliança (alguns dispensacionalistas

⁶³VLACH, Michael J. Six Views on New Covenant Fulfillment. **Blog Mike Vlach**. 27 Jul 2019. Disponível em: <https://mikevlach.blogspot.com/2019/07/six-views-on-new-covenant-fulfillment.html>. Acesso em: 09 dez 2019.

revisados e a maioria dos dispensacionalistas progressivos).

Note que as seis abordagens apresentadas por Vlach são semelhantes às que o artigo já tem apresentado. Contudo, há duas diferenças importantes a serem comentadas. Primeiro, Vlach não considera que há uma distinção entre a teologia do pacto e a teologia da substituição como o presente artigo faz. Para ele, a teologia do pacto é um tipo de teologia da substituição, porque o resultado é o mesmo, ou seja, a Igreja é vista como cumprindo completamente a Nova Aliança sem cumprimento futuro para Israel. O que este artigo considera é que a visão da Igreja no processo anterior à Nova Aliança também é importante. Para a Teologia do Pacto, sempre houve Igreja ainda que de modo seminal no Antigo Testamento. Para a teologia da substituição, a Igreja não era Israel no Antigo Testamento, mas a substituiu a partir da Nova Aliança.

Segundo, Vlach subdivide a posição de cumprimento parcial. Ele considera que há aqueles que defendem um cumprimento parcial literal das bênçãos espirituais e aqueles que defendem um cumprimento parcial a partir de um referencial adicional. A diferença básica entre o #5 e #6 é que este entende que as alianças do Antigo Testamento já pretendiam incluir os gentios. Assim, quando isso ocorre hoje, o que se tem é um cumprimento parcial literal. Entender a inclusão dos gentios como referente adicionado, subentende que eles não faziam parte do referente original e foi apenas no Novo Testamento que houve a inclusão destes.

Considerando que a diferença apresentada por Vlach está correta e relacionando sua proposta com a sugerida pelo presente artigo, haveria, então, sete abordagens da relação Igreja-Nova Aliança, conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Nova análise comparativa da relação entre a Igreja e a Nova Aliança

| # | ABORDAGEM RELAÇÃO IGREJA-NOVA ALIANÇA | SISTEMAS TEOLÓGICOS |
|---|--|--|
| 1 | Igreja corresponde ao verdadeiro Israel na Nova Aliança | Teologia do pacto |
| 2 | Igreja substitui Israel na Nova Aliança | Teologia da substituição |
| 3 | Igreja sem qualquer relacionamento na Nova Aliança | Dispensacionalismo clássico (Darby/Gunn) |
| 4 | Duas Novas Alianças: uma para a Igreja e outra para Israel | Dispensacionalismo clássico (Chafer, Walwood) |
| 5 | Igreja participa dos benefícios da Nova Aliança, mas não está envolvida no cumprimento dela. | Dispensacionalismo revisado em sua maioria |
| 6 | Igreja cumpre a Nova Aliança parcialmente como referente adicionado. | Duplo referente (alguns revisados/Paul Feinberg) |
| 7 | Igreja cumpre a Nova Aliança parcial e literalmente | Dispensacionalismo progressivo em sua maioria/Kaiser/Vlach |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foi possível observar como diferentes abordagens veem a relação entre a Igreja e a Nova Aliança. Sete abordagens foram encontradas para abarcar as diferentes nuances desta relação. A pesquisa bibliográfica tinha considerado apenas cinco, mas conforme foi analisado, surgiu a necessidade de diferenciar a Teologia do Pacto da teologia da substituição e fazer distinção entre cumprimento parcial da Igreja como literal ou referente adicionado.

Além disso, é possível observar que apesar de compartilhar ideias semelhantes no que se refere a relação da Igreja e Nova Aliança, há teólogos que se distanciam dos sistemas aqui propostos, como por exemplo, Kaiser, Paul Feinberg e Vlach. Isto é importante para que se evite rotular determinado teólogo a partir de um ponto em comum com outros. Adotar algo em comum com certo sistema teológico não faz do acadêmico um aderente do sistema como um todo.

A quantidade de abordagens mostra a complexidade do tema e fica aberto a pesquisas posteriores que possam incluir ainda perspectivas aplicadas à relação entre a Igreja e a Nova Aliança que levam em conta o uso do Antigo Testamento no Novo Testamento. Além disso, cada abordagem tem pressupostos e implicações em outras áreas. O pressuposto é hermenêutico-linguístico tratando de um tema eclesiológico – a Igreja e a Nova Aliança, mas que traz implicações para a escatologia e a teologia pastoral. Tais relações permitem desenvolver um amplo leque de estudos que ajudam a teologia brasileira a melhor se desenvolver e aplicar o conhecimento de modo sábio na vivência da igreja local.

REFERÊNCIA

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Almeida Revista e Atualizada. 2.ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Dispensationalism, Israel and the Church**: the search for definition. Grand Rapids: Zondervan, 1992.

BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Progressive Dispensationalism**. Grand Rapids: BakerAcademic, 1993. Kindle Edition.

DECKER, Rodney J. The Church's relationship to the New Covenant. **Bibliotheca Sacra**. Dallas – Texas, v. 152, n. 608, p. 431-456, out/dez. 1995.

FEINBERG, John S. (Org.). **Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo e o Novo Testamentos**. São Paulo: Hagnos, 2013.

GUNN, George. **2Corinthians 3:6 and the Church's relationship to the New Covenant**. Council on Dispensational Hermeneutics. Clarks Summit, PA: Baptist Bible Seminary, 2009.

KAISER, Walter. The Old Promise and the New Covenant: Jeremiah 31:31-34. Disponível em: <https://thepromise.typepad.com/197201.pdf>. Acessado em 03 Mai 2017. **Journal of Evangelical Theological Society**, 1972.

KAISER, Walter. An epangelical response. In: BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Dispensationalism, Israel and the Church: the search for definition**. Grand Rapids: Zondervan, 1992.

OLIVEIRA, Bruno L. R. **A Nova Aliança segundo o Dispensacionalismo Progressivo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Fortaleza: Seminário e Instituto Bíblico Maranata, 2016. 53 p.

PATE, Marvin (org). **As interpretações do apocalipse: 4 pontos de vista**. Coleção Debates Teológicos. São Paulo: Vida, 2003.

PENTENCOST, J. Dwight. **Things to come: a study in biblical eschatology**. Grand Rapids: Dunham, 1967.

SAUCY, Robert. **The case for Progressive Dispensationalism: the interface between Dispensationalism and non-Dispensational Theology**. Grand Rapids: Zondervan, 1993.

SHOWERS, Renald E. **There really is a difference:** a comparison of Covenant and Dispensationalism Theology. Bellmawr: The Friends of Israel Gospel Ministry, 1991.

THOMAS, Robert. O ponto de vista Dispensacionalismo clássico. In: PATE, Marvin (org). **As interpretações do apocalipse:** 4 pontos de vista. Coleção Debates Teológicos. São Paulo: Vida, 2003.

VLACH, Michael J. **Dispensacionalismo:** crenças essenciais e mitos comuns. Eusébio: Peregrino, 2016.

VLACH, Michael J. Six Views on New Covenant Fulfillment. **Blog Mike Vlach.** 27 Jul 2019. Disponível em: <https://mikevlach.blogspot.com/2019/07/six-views-on-new-covenant-fulfillment.html>. Acesso em: 09 dez 2019.

WARE, Bruce. The New Covenant and the People(s) of God. In: BLAISING, Craig A.; BOCK, Darrell L. (Org.). **Dispensationalism, Israel and the Church:** the search for definition. Grand Rapids: Zondervan, 1992.

WILKINSON, Paul R. **For Zion's Sake:** Christian Zionism and the role of John Nelson Darby. Colorado Springs – USA: Paternoster. 2007. Disponível em: http://www.Igrejaredencao.org.br/ibr/index.php?option=com_content&view=article&id=2985:a-formacao-da-teologia-de-john-nelson-darby-parte-22&catid=25:artigos&Itemid=123



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional